



**ACÓRDÃO Nº1438/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12232/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Cleinaldo de Almeida Costa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4185/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do Sr. **Cleinaldo de Almeida Costa**, Reitor da Universidade do Estado do Amazonas - UEA e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.2. Dar quitação** ao Sr. **Cleinaldo de Almeida Costa**, Reitor da Universidade do Estado do Amazonas - UEA e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

**10.3. Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do



**ACÓRDÃO Nº1438/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.3.1.** Ausência de justificativas dos cancelamentos dos restos a pagar, conforme art. 2º, XXXIV, da Resolução TCE nº 04/2016;
- 10.3.2.** Ausência da Relação das licitações realizadas, separadas por modalidade, constando número do processo administrativo e da licitação, data da abertura, objeto, vencedor (es), valor, data de eventual contrato e a relação das dispensas e inexigibilidades, art. 2º, XXXV, da Resolução TCE nº 04/2016;
- 10.3.3.** Ausência da Relação dos Contratos, ajustes e congêneres, e seus Aditivos, firmados no exercício, mencionando número do ajuste, data, partes, objeto, valor, modalidade da licitação ou fundamento da dispensa ou inexigibilidade, art. 2º, XXXVI, da Resolução TCE nº 04/2016;
- 10.3.4.** Ausência do Parecer do Conselho Deliberativo e/ou do Conselho Fiscal que se devem pronunciar sobre, conforme art. 2º, IX, da Resolução TCE nº 05/90;
- 10.3.5.** Ausência da Relação de empenho pagos no mês, especificando o número e a data da emissão da Nota de Empenho, credor, programa de trabalho, valor empenhado, valor pago e saldo de empenho, conforme art. 1º, II da Resolução TCE nº 05/90;
- 10.3.6.** Ausência de justificativas para a diferença constatada no Resultado das Previsões Orçamentárias (RPO), pois a receita prevista foi menor que a despesa fixada, gerando déficit;
- 10.3.7.** Ausência de justificativas para a diferença constatada no Resultado da Receita Orçamentária (RRO), em que a receita executada foi menor que a receita prevista, resultando em déficit de arrecadação;
- 10.3.8.** Ausência de justificativas para a diferença do saldo encontrado entre despesas liquidadas e despesas pagas no saldo da conta “Pessoal e Encargos Sociais”;
- 10.3.9.** Ausência de esclarecimentos sobre a divergência de valores encontrados pelo confronto do saldo apresentado no Balanço Financeiro, na conta de “Adiantamentos Concedidos” e do saldo total apresentado no “Demonstrativo das despesas efetuadas por meio de adiantamentos”;
- 10.3.10.** Ausência de apresentação da documentação comprobatória para existência de saldo na conta “Depósitos



**ACÓRDÃO Nº1438/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Restituíveis e Valores Vinculados”;

- 10.3.11. Ausência de justificativas para o saldo existente na conta “Movimentação de Fundos Próprios e Operações Intergestora”;
- 10.3.12. Ausência de justificativas para a existência de saldo na conta “Demais Créditos e Valores a Curtos Prazo”;
- 10.3.13. Divergência de valores encontrados pelo confronto do saldo apresentado no Balanço Patrimonial, na conta de “Bens Móveis”, e do saldo no “Inventário de Bens Patrimoniais”;
- 10.3.14. Ausência de informações sobre o método utilizado para realizar a Depreciação dos Bens Móveis;
- 10.3.15. Realização de viagens e pagamento diárias aos servidores da UEA, no exercício. No entanto, não consta nos processos, comprovante de comparecimento nos órgãos (Certificado e/ou Declaração de Comparecimento, etc.) e relatório de viagem, em descumprimento ao Princípio da Transparência. Ressaltamos que o não cumprimento de todas as etapas previstas em lei da solicitação e prestação de contas de viagens e diárias aplica-se penalidade prevista no art. 12 do Decreto nº 26.337, de 12 de dezembro de 2006;
- 10.3.16. Ausência de aprovação pela Assessoria Jurídica dos Editais e Pregões e da minuta do Contrato;
- 10.3.17. Ausência de Projeto Básico com aprovação de autoridade competente (art. 8º, II, Decreto Federal 10.024/2019);
- 10.3.18. Ausência de indicação do recurso para despesa e comprovação da existência de previsão de recurso orçamentários (com indicação das respectivas rubricas) que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro, conforme estabelece o inciso IV do art. 30 do Decreto nº 10.024/2019, § 2º, inciso III do art. 7, c/c o art. 14 da Lei nº 8.666/93;
- 10.3.19. Ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade da contratada à prestação do serviço solicitado, conforme art. 31, I, II e III da Lei nº 8.666/93 c/c § 2º, 3º, 4º e 5º deste mesmo artigo;
- 10.3.20. Ausência do Relatório de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte do representante da Administração especialmente designado, conforme determinação do art. 67 da Lei de Licitação e Contrato nº 8.666/93 e suas alterações;
- 10.3.21. Ausência de comprovante de recolhimento por parte da



**ACÓRDÃO Nº1438/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme art. 71, da Lei de Licitação e Contrato nº 8.666/93;
- 10.3.22.** Ausência de Nota de empenho dos referidos processos licitatórios, uma vez que estas não se encontram cadastradas no sistema e-Contas (art. 60 da Lei nº. 4.320/64);
- 10.3.23.** O processo administrativo não está devidamente autuado, pois não consta a numeração das folhas e não estão rubricadas, também não consta o carimbo do protocolizado (art. 38, Lei nº 8.666/93);
- 10.3.24.** Ausência de justificativa, pela autoridade competente, da necessidade da contratação, contrariando o art. 3º, da Lei nº 10.520/02, arts. 8º, III, “b”, IV e 21, I, do Decreto nº 3.555/00 e art. 2º, caput, e § único, VII, da Lei nº 9.784/99;
- 10.3.25.** Ausência de indicação do recurso para despesa e comprovação da existência de previsão de recurso orçamentários (com indicação das respectivas rubricas) que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro, conforme estabelece o inciso IV do art. 30 do Decreto nº 10.024/2019, § 2º, inciso III do art. 7, c/c o art. 14 da Lei nº 8.666/93;
- 10.3.26.** Ausência de Relatório de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte do representante da Administração especialmente designado, conforme determinação do art. 67 da Lei de Licitação e Contrato nº 8.666/93 e suas alterações;
- 10.3.27.** Ausência da Certidão de Tributos Federais, Certificado da divina ativa, Certificado de Registro Cadastral e Certidão Negativa da SEFAZ, de acordo com o art. 29 da Lei nº8.666/93;
- 10.3.28.** Ausência de manifestação do Controle Interno;
- 10.3.29.** Ausência de Projeto Básico com aprovação de autoridade competente (art. 8, II, Decreto Federal 10.024/2019);
- 10.3.30.** Ausência de Nota de empenho dos referidos contratos, estas não se encontram cadastradas no sistema e-Contas, em sua maioria (art. 60 da Lei nº. 4.320/64);
- 10.3.31.** Ausência de Ato designatório de representante de contrato que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes como determina § 1º. e § 2º. do



**ACÓRDÃO Nº1438/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

art. 67 da Lei nº. 8.666/93;

- 10.3.32.** Ausência de Parecer Jurídico aprovando a minuta do contrato, como prevê art. 8, IX, do Decreto nº 10.024/2019 e do o art. 38, parágrafo único, da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e suas alterações;
- 10.3.33.** Ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade da contratada à prestação dos serviços solicitados, conforme Art. 31, I, II, III da Lei nº. 8.666/93 c/c §§2º, 3º, 4º e 5º, deste mesmo artigo;
- 10.3.34.** Ausência de esclarecimentos sobre se os aditivos contratuais em relação aos bens e serviços continuados destinados à Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA que envolveram dispêndio financeiro foram precedidos de pesquisa de preços e exposição de motivos que apontassem para a vantagem da prorrogação do contrato;
- 10.3.35.** Ausência da cópia das Declarações de Bens atualizadas dos servidores que exercem cargos comissionados e dos Diretores da Fundação (art. 13, da Lei nº 8.429/92, disposições legais da Lei nº 8.730/93 c/c art. 289, da Resolução nº 04/02 – TCE AM);
- 10.3.36.** Ausência de informações se houve admissão de pessoal temporário no exercício de 2021. Se houver, pede-se para que disponibilize a relação dos agentes públicos admitidos, bem como legislação que ampare e comprove o limite de quantitativo e temporal dos contratos;
- 10.3.37.** Ausência de informações se houve concessão de aposentadorias ou pensões no exercício, assim como encaminhar cópia de ofício de encaminhamento do TCE/AM, conforme art. 264 e 267, da Resolução TCE AM nº 04/2002;
- 10.3.38.** Ausência de cópia do Quadro de Pessoal, Plano de Carreira, Cargos e Salário e cópia do documento legal de criação de cargos, conforme artigos 39, §§ 1º e 8º e 61, inciso II, alínea “a” da Constituição Federal ou legislação específica;
- 10.3.39.** Ausência do quadro demonstrativo da frota de veículos próprios e locados em separados contendo: Marca, Modelo, Placa, Cor, Finalidade, Estado de Conservação, Licenciamento e Nº de Tombo;
- 10.3.40.** Ausência de informações sobre se existe controle de entrada e saída de veículos;
- 10.3.41.** Ausência de informações sobre se existe controle de consumo de combustível;



**ACÓRDÃO Nº1438/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.3.42.** Ausência de informações sobre se existe controle de manutenção e reparos e de troca de peças sobressalentes e pneus dos mesmos;

**10.3.43.** Desatualização do Portal da Transparência, demonstrando as informações de interesse coletivo ou geral, na forma do § 1º do art. 8º da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), indicando se foram disponibilizadas de forma precária e incompleta à sociedade via internet, conforme consulta ao sítio institucional no exercício;

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 32ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de Agosto de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral